

Governo de Minas lança novo projeto de investimentos de infraestrutura rodoviária na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Seg 11 novembro

Para melhorar a mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e fortalecer a infraestrutura rodoviária, o [Governo de Minas](#), por meio da [Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias \(Seinfra\)](#), anuncia a concessão do Lote Rodoviário Vetor Norte.

A fim de promover o diálogo entre o poder público e as lideranças políticas da região, o projeto está sendo apresentado a prefeitos e deputados nesta segunda e terça-feira (11 e 12/11). A consulta pública será aberta quarta-feira (13/11) e estará disponível no site da Seinfra.

O Vetor Norte abrange 123,4 quilômetros de rodovias, incluindo trechos das MG-010, MG-424 e LMG-800, e passa por 13 municípios: Belo Horizonte, Lagoa Santa, Prudente de Moraes, Capim Branco, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Confins, São José da Lapa, Santana do Riacho, Jaboticatubas, Vespasiano, Santa Luzia e Sete Lagoas.

A expectativa é que o edital seja publicado no primeiro trimestre de 2025, com leilão programado para o segundo trimestre do mesmo ano. O contrato estabelece cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos e de R\$ 1,3 bilhão em serviços aos usuários, como atendimento médico de emergência e guincho.

□

"A Região Metropolitana é o terceiro maior aglomerado urbano do país, e nosso tempo, um bem precioso, tem sido perdido no trânsito. A concessão visa trazer mais fluidez e velocidade, reduzindo o tempo de deslocamento entre os municípios do Vetor Norte", disse o secretário de Estado de Infraestrutura, Pedro Bruno.

□

“O Governo de Minas tem avançado muito com a complementaridade entre os investimentos públicos feitos pelo DER e os investimentos privados por meio de concessões”, destacou.

Serviços e investimentos

O projeto prevê a construção de três contornos viários em Lagoa Santa, Prudente de Morais e Matozinhos, que somam mais de 31 quilômetros de novas rodovias, com pistas duplicadas.

Os contornos dessas cidades são aguardados há muito tempo e são intervenções necessárias para desviar o tráfego pesado das áreas urbanas, assegurar a fluidez do trânsito e reduzir o tempo de viagem, além de melhorar a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com a implantação dos contornos, estima-se uma redução de mais de 27 minutos no deslocamento entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, o que, anualmente, representa uma economia de nove dias atualmente gastos no trânsito. Para a Serra do Cipó, destino turístico da região, a economia estimada é de 21 minutos no trajeto.

Estão programadas importantes obras de ampliação de capacidade, como a implantação de 34,29 quilômetros de duplicações, faixas adicionais e terceiras faixas, além da construção de 105,8 quilômetros de acostamentos e a readequação de 9,8 quilômetros de vias marginais. Essas intervenções irão aumentar a capacidade viária das rodovias, que atualmente possuem 45% de pistas simples.

MG-010 - Seinfra/ Divulgação

A concessão também prevê melhorias, como recapeamento, eliminação de trincas, renovação da sinalização, substituição de placas, recuperação do asfalto e manutenção contínua da malha viária.

O trecho contará com pórticos de pedágio sem cancela, no modelo free flow. O sistema de cobrança em livre passagem elimina a necessidade de paradas para pagamento de tarifas, proporcionando mais segurança e agilidade ao tráfego. O primeiro pórtico do estado, instalado na MG-459, entre Monte Sião e Ouro Fino, no Sul de Minas, registra inadimplência abaixo de 3%, a menor taxa dos pedágios sem cancela do país.

Além disso, para aumentar a fluidez e a segurança de motoristas e pedestres, o projeto também inclui a construção de novos viadutos, passarelas e pontos de ônibus. Com as intervenções, espera-se evitar mais de 2,5 mil acidentes nos próximos dez anos.

A concessão também terá um impacto na geração de empregos e renda. Estima-se a criação de mais de 24 mil empregos diretos e indiretos, dinamizando o mercado de trabalho local, além de promover importantes efeitos fiscais para os municípios, com a estimativa de arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) em torno de R\$ 600 milhões.